

Notícia do dia 16 de novembro



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Sumário

Número de notícias: 6 | Número de veículos: 4

DIÁRIO CENTRAL - GO - POLÍTICA
TCE - GO

Plenário tem pauta com 33 matérias para apreciação nesta quarta-feira..... 3

GAZETA DO ESTADO ONLINE - GO - POLÍTICA
TCE - GO

Comissão de Finanças se reúne nesta quarta-feira, 16..... 4

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO

Plenário tem pauta com 33 matérias para apreciação nesta 4ª-feira..... 6

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO

Plenário aprecia matérias do Governo, TCE e deputados nesta 4ª..... 8

GIRO GOIÁS ONLINE - APARECIDA DE GOIÂNIA - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO

Plenário tem pauta com 33 matérias para apreciação nesta 4ª-feira..... 10

GIRO GOIÁS ONLINE - APARECIDA DE GOIÂNIA - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO

Comissão de Finanças se reúne nesta quarta-feira, 16..... 11

Plenário tem pauta com 33 matérias para apreciação nesta quarta-feira

A sessão deliberativa do Plenário da Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás (Alego)** desta quarta-feira, 16, deve contar com **33** processos legislativos na pauta para apreciação dos deputados.

Com início às 15 horas, a reunião será realizada pelo sistema híbrido, com parte dos parlamentares no plenário Iris Rezende e parte de forma remota.

As matérias em pauta contemplam iniciativas parlamentares, do Poder Executivo e do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)**. De autoria parlamentar são 11 projetos de lei e uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) em turno de votação definitiva e 17 outros projetos em primeira apreciação.

A Governadoria tem uma matéria para ser apreciada em segunda votação e o **TCE-GO** é autor de duas propostas que também podem ser analisadas em fase definitiva.

Dentre esses processos em pauta, destaque para a PEC, de autoria do deputado Talles Barreto (UB), que altera o artigo 19 da Constituição goiana e define que as contribuições sociais e de custeio da seguridade social deverão ser partilhadas com os municípios no mesmo percentual do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) repassado aos respectivos municípios.

Protocolada na Casa sob o nº 6846/19, a iniciativa é justificada pela afirmação de que na atual estruturação da federação brasileira, os municípios foram alijados dos recursos indispensáveis para sua adequada existência de funcionamento, como uma observação da prática da gestão pública municipal revela. "Embora existam como pessoas jurídicas de direito público autônomas, os municípios em geral, principalmente os menores, ficam à mercê do recebimento de recursos de outros entes federativos, o que compromete, evidentemente, sua autonomia", explica o deputado.

A PEC já foi aprovada em primeira votação com o voto favorável de 26 deputados.

Vale lembrar que toda e qualquer Proposta de Emenda à Constituição precisa de, pelo menos, 25 parlamentares favoráveis, em dois turnos, para,

somente assim, ser promulgada pela Mesa Diretora do Poder Legislativo.

Ainda dentre as matérias em segunda fase de discussão e votação pode-se destacar a propositura nº 1231/20, de autoria da deputada Delegada Adriana Accorsi (PT), assinada também pelo presidente da **Alego**, deputado Lissauer Vieira (PSD), que dispõe sobre penalidades administrativas a serem aplicadas pela prática de atos de discriminação racial.

Site: <http://diariocentral.com.br/website/pdf/1342.pdf>

Comissão de Finanças se reúne nesta quarta-feira, 16

A Comissão de Tributação, Finanças e Orçamento (CTFO), presidida pelo deputado Thiago Albernaz (MDB), se reúne nesta quarta-feira, 16, para deliberação, votação de sete matérias, e distribuição de outros dez processos. O encontro terá espaço na sala das comissões da Casa de Leis, às 14 horas.

População em geral e imprensa poderão acompanhar os trabalhos por meio da TV **Alego** (canais 3.2 da TV aberta, 8 da NET Claro e 7 da Gigabyte Telecom), pelo site oficial do Parlamento (portal.al.go.leg.br) e, ainda, pelo canal do Youtube .

Propositura voltada a assegurar ao profissional intérprete de Língua Brasileira de Sinais (Libras), acesso gratuito aos meios de transporte públicos e em estabelecimentos abertos ao público, de uso público e privado, quando acompanhado de pessoa surda devidamente identificada está apta à votação. O parecer da relatoria é pela aprovação com adoção de subemenda.

De autoria do deputado Charles Bento (PRTB), no texto do processo nº 5762/21 , a justificativa ressalta as dificuldades de comunicação encontradas pelas pessoas surdas quando buscam interagir a favor de seus direitos, momento em que se faz necessário o acompanhamento contínuo de intérprete de Libras para que possam ser ouvidas na sociedade.

Rol de matérias

Votação

Processo nº 1051/22 - Secretaria de Estado da Saúde (SES-GO) - Relatório nº 62/2021 - Comacg/GADS/Super/SES-GO-Heja. Relatado pelo deputado Chico KGI pelo arquivamento.

Processo nº 1558/22 - **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)** - Comunica decisão referente à tomada de contas especial. Processo nº 001800042002800. Relatado pelo deputado Chico KGL pelo apensamento ao processo nº 1446/22

Processo nº 4933/20 - **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)** - Relatório consolidado do Artigo 30, referente ao 3º trimestre de 2020. Processo SEI nº 202000040022545. Relatado pelo deputado Chico KGL pelo arquivamento.

Processo nº 5762/21 - Deputado Charles Bento - Assegura ao profissional intérprete de Língua Brasileira de Sinais (Libras), acesso gratuito aos meios de transporte públicos e em estabelecimentos abertos ao público, de uso público e privado, quando acompanhado de pessoa surda devidamente identificada. Relatado pelo deputado Chico KGL pela aprovação com adoção de subemenda.

Processo nº 5187/21 - Deputado Amilton Filho - Autoriza realização de convênio especificado. Relatado pelo deputado Chico KGL pela rejeição.

Processo nº 7006/19 - Deputada Lêda Borges - Institui o Prêmio de Professor de Práticas Inovadoras, aos docentes da rede pública. Processo SEI nº 202000063001880. Relatado pelo deputado Cairo Salim pela diligência à Secretaria da Educação

Processo nº 2049/20 - Deputado Amilton Filho - Isenta da carga tributária de ICMS, equipamento de adaptação, acessibilidade e locomoção para pessoas com deficiência física, mental ou visual. Relatado pelo deputado Chico KG pela rejeição.

Distribuição

Processo nº 10760/22 - Secretaria de Estado da Saúde (SES-GO) - Relatório Comacg nº 25/2022 - Hospital Estadual de Anápolis (Heana). Processo SEI nº 202200010048256.

Processo nº 10761/22 - Secretaria de Estado da Saúde (SES-GO) - Relatório Comacg nº 23/2022 - Comacg/GAOS/Super/SES/GO. Processo SEI nº 202200010046606.

Processo nº 10759/22 - Secretaria de Estado da Saúde (SES-GO) - Relatório Comacg nº 09/2022 - Comacg/GAOS/Super/SES/GO. Processo SEI nº 202200010028528 (Volume I e II).

Processo nº 10303/22 - Secretaria de Estado da Saúde (SES-GO) - Errata referente ao relatório Comacg nº 55/2021 Comacg/GAOS/Super/SES/GO. Processo SEI nº 202100010043022.

Processo nº 1941/22 - Deputado Amauri Ribeiro - Disciplina a exploração comercial por barraqueiros,

ambulantes, feirantes e similares, nos eventos fomentados, de forma direta, com recursos públicos.

Processo nº 10023/22 - Deputado Alysson Lima - Altera a Lei nº 11.651, de 26 de dezembro 1991, que institui o Código Tributário do Estado de **Goiás** (CTE-GO) para conceder isenção do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), sobre a propriedade de veículos novos, especialmente destinados a Microempreendedor Individual (MEI).

Processo nº 3663/20 - Deputado Delegado Eduardo Prado - Trata do Auxílio especial a ser pago pelo estado aos dependentes de profissionais de saúde ou de atividades auxiliares essenciais.

Processo nº 10771/22 - Secretaria de Estado da Saúde (SES-GO) - Relatório Comacg nº33/2022 - Comacg/GAOS/Super/SES/GO e Relatório nº 35/2022 - Comacg/GAOS/Super/SES/GO. Processo SEI nº 202200010050940.

Processo nº 10781/22 - Secretaria de Estado da Saúde (SES-GO) - Relatório Comacg nº 31/2022 - Comacg/GAOS/Super/SES/GO e o relatório Comacg nº 34/2022 - Comacg/GAOS/Super/SES/GO.

Processo nº 10791/22 - **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)** - Relatórios de gestão fiscal da Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás (Alego)**, referente ao 3º quadrimestre de 2021. Processo SEI nº 202200047000492.

Fonte: Assembleia Legislativa de GO

Site: <https://www.gazetadoestado.com.br/comissao-de-financas-se-reune-nesta-quarta-feira-16/>

Plenário tem pauta com 33 matérias para apreciação nesta 4ª-feira

Os deputados se reúnem-se nesta 4ª-feira, 16, a partir das 15 horas, no plenário Iris Rezende, do Palácio Maguito Vilela. Na pauta prévia da sessão ordinária híbrida constam 33 matérias. As proposições em pauta contemplam iniciativas parlamentares, do Poder Executivo e do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)**. De autoria parlamentar são 11 projetos de lei e uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) em turno de votação definitiva e 17 outros projetos em primeira apreciação.

A sessão deliberativa do Plenário da Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás (Alego)** desta quarta-feira, 16, deve contar com 33 processos legislativos na pauta para apreciação dos deputados. Com início às 15 horas, a reunião será realizada pelo sistema híbrido, com parte dos parlamentares no plenário Iris Rezende e parte de forma remota.

As matérias em pauta contemplam iniciativas parlamentares, do Poder Executivo e do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)**. De autoria parlamentar são 11 projetos de lei e uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) em turno de votação definitiva e 17 outros projetos em primeira apreciação. A Governadoria tem uma matéria para ser apreciada em segunda votação e o **TCE-GO** é autor de duas propostas que também podem ser analisadas em fase definitiva.

PEC que trata de contribuições sociais

Dentre esses processos em pauta, destaque para a PEC, de autoria do deputado Talles Barreto (UB), que altera o artigo 19 da Constituição goiana e define que as contribuições sociais e de custeio da seguridade social deverão ser partilhadas com os municípios no mesmo percentual do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) repassado aos respectivos municípios.

Protocolada na Casa sob o nº 6846/19, a iniciativa é justificada pela afirmação de que na atual estruturação da federação brasileira, os municípios foram alijados dos recursos indispensáveis para sua adequada existência de funcionamento, como uma observação da prática da gestão pública municipal revela. Embora existam como pessoas jurídicas de direito público

autônomas, os municípios em geral, principalmente os menores, ficam à mercê do recebimento de recursos de outros entes federativos, o que compromete, evidentemente, sua autonomia", explica o deputado.

A PEC já foi aprovada em primeira votação com o voto favorável de 26 deputados. Vale lembrar que toda e qualquer Proposta de Emenda à Constituição precisa de, pelo menos, 25 parlamentares favoráveis, em dois turnos, para, somente assim, ser promulgada pela Mesa Diretora do Poder Legislativo.

2ª fase de votação

Ainda dentre as matérias em segunda fase de discussão e votação pode-se destacar a proposição nº 1231/20, de autoria da deputada Delegada Adriana Accorsi (PT), assinada também pelo presidente da **Alego**, deputado Lissauer Vieira (PSD), que dispõe sobre penalidades administrativas a serem aplicadas pela prática de atos de discriminação racial.

O texto versa sobre penalidades administrativas a serem aplicadas pela prática de atos de discriminação racial. De acordo com a matéria, será punido, nos termos da legislação apresentada, todo ato discriminatório por motivo de raça ou cor praticado em **Goiás** por qualquer pessoa, jurídica ou física, inclusive a que exerça função pública. As penalidades administrativas a agentes públicos ou penalidades a proprietários de estabelecimentos comerciais serão as mesmas da legislação que a parlamentar propôs para atos discriminatórios ao cabelo natural da pessoa negra.

Outra proposta é a protocolada com o número 1893/19, de autoria do deputado Paulo Trabalho (PL), que propõe a instalação de câmeras que facilitem o reconhecimento facial de suspeitos e procurados da Justiça no transporte coletivo urbano do Estado de **Goiás**.

Segundo o projeto, o principal objetivo da matéria é fazer com que todas as concessionárias e empresas, que operam serviço de transporte coletivo urbano no Estado de **Goiás**, tenham em seus veículos câmeras inteligentes de alta tecnologia que permitam o reconhecimento facial, de criminosos e foragidos.

Para mais informações sobre as matérias que devem

ser apreciadas nesta quarta-feira, 16, consulte a pauta prévia .

Sessões ordinárias

As sessões ordinárias constituem o calendário anual de trabalho legislativo e possuem a Ordem do Dia previamente designada, ou seja, têm uma pauta de votação. São realizadas normalmente às terças, quartas e quintas-feiras e compõem-se das seguintes fases: Abertura, onde são feitas apresentações de matérias e demais comunicações parlamentares; Pequeno Expediente; Grande Expediente; e a Ordem do Dia.

Para garantir a transparência, o Legislativo goiano transmite, ao vivo, todas as sessões, e a população pode acompanhar os trabalhos pela TV **Alego** (canais 3.2 da TV aberta, 8 da NET Claro e 7 da Gigabyte Telecom) pelo site oficial do Parlamento estadual (portal.al.go.leg.br) e, ainda, pelo canal do Youtube.

Agência Assembleia de Notícias

Compartilhar

Site: <https://portal.al.go.leg.br/noticias/128278/plenario-tem-pauta-com-33-materias-para-apreciacao-nesta-4-feira>

Plenário aprecia matérias do Governo, TCE e deputados nesta 4ª

Os deputados se reúnem-se nesta 4ª-feira, 16, a partir das 15 horas, no plenário Iris Rezende, do Palácio Maguito Vilela. Na pauta prévia da sessão ordinária híbrida constam 33 matérias. As proposições em pauta contemplam iniciativas parlamentares, do Poder Executivo e do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)**. De autoria parlamentar são 11 projetos de lei e uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) em turno de votação definitiva e 17 outros projetos em primeira apreciação.

A sessão deliberativa do Plenário da Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás (Alego)** desta quarta-feira, 16, deve contar com 33 processos legislativos na pauta para apreciação dos deputados. Com início às 15 horas, a reunião será realizada pelo sistema híbrido, com parte dos parlamentares no plenário Iris Rezende e parte de forma remota.

As matérias em pauta contemplam iniciativas parlamentares, do Poder Executivo e do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)**. De autoria parlamentar são 11 projetos de lei e uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) em turno de votação definitiva e 17 outros projetos em primeira apreciação. A Governadoria tem duas matéria para ser apreciada em primeira votação e o **TCE-GO** é autor de duas propostas que também podem ser analisadas em fase definitiva.

PEC que trata de contribuições sociais

Dentre esses processos em pauta, destaque para a PEC, de autoria do deputado Talles Barreto (UB), que altera o artigo 19 da Constituição goiana e define que as contribuições sociais e de custeio da seguridade social deverão ser partilhadas com os municípios no mesmo percentual do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) repassado aos respectivos municípios.

Protocolada na Casa sob o nº 6846/19, a iniciativa é justificada pela afirmação de que na atual estruturação da federação brasileira, os municípios foram alijados dos recursos indispensáveis para sua adequada existência de funcionamento, como uma observação da prática da gestão pública municipal revela. Embora existam como pessoas jurídicas de direito público

autônomas, os municípios em geral, principalmente os menores, ficam à mercê do recebimento de recursos de outros entes federativos, o que compromete, evidentemente, sua autonomia", explica o deputado.

A PEC já foi aprovada em primeira votação com o voto favorável de 26 deputados. Vale lembrar que toda e qualquer Proposta de Emenda à Constituição precisa de, pelo menos, 25 parlamentares favoráveis, em dois turnos, para, somente assim, ser promulgada pela Mesa Diretora do Poder Legislativo.

2ª fase de votação

Ainda dentre as matérias em segunda fase de discussão e votação pode-se destacar a proposição nº 1231/20, de autoria da deputada Delegada Adriana Accorsi (PT), assinada também pelo presidente da **Alego**, deputado Lissauer Vieira (PSD), que dispõe sobre penalidades administrativas a serem aplicadas pela prática de atos de discriminação racial.

O texto versa sobre penalidades administrativas a serem aplicadas pela prática de atos de discriminação racial. De acordo com a matéria, será punido, nos termos da legislação apresentada, todo ato discriminatório por motivo de raça ou cor praticado em **Goiás** por qualquer pessoa, jurídica ou física, inclusive a que exerça função pública. As penalidades administrativas a agentes públicos ou penalidades a proprietários de estabelecimentos comerciais serão as mesmas da legislação que a parlamentar propôs para atos discriminatórios ao cabelo natural da pessoa negra.

Outra proposta é a protocolada com o número 1893/19, de autoria do deputado Paulo Trabalho (PL), que propõe a instalação de câmeras que facilitem o reconhecimento facial de suspeitos e procurados da Justiça no transporte coletivo urbano do Estado de **Goiás**.

O principal objetivo da matéria é fazer com que todas as concessionárias e empresas, que operam serviço de transporte coletivo urbano no Estado de **Goiás**, tenham em seus veículos câmeras inteligentes de alta tecnologia que permitam o reconhecimento facial, de criminosos e foragidos.

Para mais informações sobre as matérias que devem

ser apreciadas nesta quarta-feira, 16, consulte a pauta prévia .

Sessões ordinárias

As sessões ordinárias constituem o calendário anual de trabalho legislativo e possuem a Ordem do Dia previamente designada, ou seja, têm uma pauta de votação. São realizadas normalmente às terças, quartas e quintas-feiras e compõem-se das seguintes fases: Abertura, onde são feitas apresentações de matérias e demais comunicações parlamentares; Pequeno Expediente; Grande Expediente; e a Ordem do Dia.

Para garantir a transparência, o Legislativo goiano transmite, ao vivo, todas as sessões, e a população pode acompanhar os trabalhos pela TV **Alego** (canais 3.2 da TV aberta, 8 da NET Claro e 7 da Gigabyte Telecom) pelo site oficial do Parlamento estadual (portal.al.go.leg.br) e, ainda, pelo canal do Youtube.

Agência Assembleia de Notícias

Compartilhar

Site: <https://portal.al.go.leg.br/noticias/128278/plenario-aprecia-materias-do-governo-tce-e-deputados-nesta-4>

Plenário tem pauta com 33 matérias para apreciação nesta 4ª-feira

Os deputados se reúnem-se nesta 4ª-feira, 16, a partir das 15 horas, no plenário Iris Rezende, do Palácio Maguito Vilela. Na pauta prévia da sessão ordinária híbrida constam 33 matérias. As proposituras em pauta contemplam iniciativas parlamentares, do Poder Executivo e do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)**. De autoria parlamentar são 11 projetos de lei e uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) em turno de votação definitiva e 17 outros projetos em primeira apreciação.

Site: <https://girogoias.com.br/plenario-tem-pauta-com-33-materias-para-apreciacao-nesta-4a-feira/>

Comissão de Finanças se reúne nesta quarta-feira, 16

A Comissão de Tributação, Finanças e Orçamento (CTFO), presidida pelo deputado Thiago Albernaz (MDB), se reúne nesta quarta-feira, 16, para deliberação, votação de sete matérias, e distribuição de outros dez processos. O encontro terá espaço na sala das comissões da Casa de Leis, às 14 horas.

População em geral e imprensa poderão acompanhar os trabalhos por meio da TV **Alego** (canais 3.2 da TV aberta, 8 da NET Claro e 7 da Gigabyte Telecom), pelo site oficial do Parlamento (portal.al.go.leg.br) e, ainda, pelo canal do Youtube.

Propositura voltada a assegurar ao profissional intérprete de Língua Brasileira de Sinais (Libras), acesso gratuito aos meios de transporte públicos e em estabelecimentos abertos ao público, de uso público e privado, quando acompanhado de pessoa surda devidamente identificada está apta à votação. O parecer da relatoria é pela aprovação com adoção de subemenda.

De autoria do deputado Charles Bento (PRTB), no texto do processo nº 5762/21, a justificativa ressalta as dificuldades de comunicação encontradas pelas pessoas surdas quando buscam interagir a favor de seus direitos, momento em que se faz necessário o acompanhamento contínuo de intérprete de Libras para que possam ser ouvidas na sociedade.

Rol de matérias

Votação

Processo nº 1051/22 - Secretaria de Estado da Saúde (SES-GO) - Relatório nº 62/2021 - Comacg/GADS/Super/SES-GO-Heja. Relatado pelo deputado Chico KGI pelo arquivamento.

Processo nº 1558/22 - **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)** - Comunica decisão referente à tomada de contas especial. Processo nº 001800042002800. Relatado pelo deputado Chico KGL pelo apensamento ao processo nº 1446/22

Processo nº 4933/20 - **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)** - Relatório consolidado do Artigo 30, referente ao 3º trimestre de 2020. Processo SEI nº 202000040022545. Relatado pelo deputado Chico KGL pelo arquivamento.

Processo nº 5762/21 - Deputado Charles Bento - Assegura ao profissional intérprete de Língua Brasileira de Sinais (Libras), acesso gratuito aos meios de transporte públicos e em estabelecimentos abertos ao público, de uso público e privado, quando acompanhado de pessoa surda devidamente identificada. Relatado pelo deputado Chico KGL pela aprovação com adoção de subemenda.

Processo nº 5187/21 - Deputado Amilton Filho - Autoriza realização de convênio especificado. Relatado pelo deputado Chico KGL pela rejeição.

Processo nº 7006/19 - Deputada Lêda Borges - Institui o Prêmio de Professor de Práticas Inovadoras, aos docentes da rede pública. Processo SEI nº 202000063001880. Relatado pelo deputado Cairo Salim pela diligência à Secretaria da Educação

Processo nº 2049/20 - Deputado Amilton Filho - Isenta da carga tributária de ICMS, equipamento de adaptação, acessibilidade e locomoção para pessoas com deficiência física, mental ou visual. Relatado pelo deputado Chico KG pela rejeição.

Distribuição

Processo nº 10760/22 - Secretaria de Estado da Saúde (SES-GO) - Relatório Comacg nº 25/2022 - Hospital Estadual de Anápolis (Heana). Processo SEI nº 202200010048256.

Processo nº 10761/22 - Secretaria de Estado da Saúde (SES-GO) - Relatório Comacg nº 23/2022 - Comacg/GAOS/Super/SES/GO. Processo SEI nº 202200010046606.

Processo nº 10759/22 - Secretaria de Estado da Saúde (SES-GO) - Relatório Comacg nº 09/2022 - Comacg/GAOS/Super/SES/GO. Processo SEI nº 202200010028528 (Volume I e II).

Processo nº 10303/22 - Secretaria de Estado da Saúde (SES-GO) - Errata referente ao relatório Comacg nº 55/2021 Comacg/GAOS/Super/SES/GO. Processo SEI nº 202100010043022.

Processo nº 1941/22 - Deputado Amauri Ribeiro - Disciplina a exploração comercial por barraqueiros,

ambulantes, feirantes e similares, nos eventos fomentados, de forma direta, com recursos públicos.

Processo nº 10023/22 - Deputado Alysson Lima - Altera a Lei nº 11.651, de 26 de dezembro 1991, que institui o Código Tributário do Estado de **Goiás** (CTE-GO) para conceder isenção do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), sobre a propriedade de veículos novos, especialmente destinados a Microempreendedor Individual (MEI).

Processo nº 3663/20 - Deputado Delegado Eduardo Prado - Trata do Auxílio especial a ser pago pelo estado aos dependentes de profissionais de saúde ou de atividades auxiliares essenciais.

Processo nº 10771/22 - Secretaria de Estado da Saúde (SES-GO) - Relatório Comacg nº33/2022 - Comacg/GAOS/Super/SES/GO e Relatório nº 35/2022 - Comacg/GAOS/Super/SES/GO. Processo SEI nº 202200010050940.

Processo nº 10781/22 - Secretaria de Estado da Saúde (SES-GO) - Relatório Comacg nº 31/2022 - Comacg/GAOS/Super/SES/GO e o relatório Comacg nº 34/2022 - Comacg/GAOS/Super/SES/GO.

Processo nº 10791/22 - **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)** - Relatórios de gestão fiscal da Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás (Alego)**, referente ao 3º quadrimestre de 2021. Processo SEI nº 202200047000492.

Site: <https://girogoias.com.br/comissao-de-financas-se-reune-nesta-quarta-feira-16/>